

Soberania começa pelo PMDB

Depois será a vez da negociação com os outros partidos

Um grupo de deputados do PMDB começou ontem à noite a discutir com o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), uma solução para a polêmica em torno da questão da soberania da Constituinte. Segundo o Deputado Ibsen Pinheiro (RS), a ideia é encontrar uma alternativa "que atenda ao desejo daqueles setores da bancada, preocupados com a soberania, e tranquilize os setores do Governo e do PMDB preocupados com os limites do exercício da soberania no plano do sistema atual".

"Não se pode ter uma Constituinte sufocada — disse Ibsen —, e ninguém pretende uma Constituinte 'errática'. A soberania — que deverá ser a reunião de parte do entulho autoritário — será primeiro construída dentro do PMDB, e depois negociada com os outros partidos. Segundo Ibsen Pinheiro, por mais conservador que seja um constituinte, ele não vai querer sufocar o sentimento pela afirmação da soberania, e, de outro lado, não adianta o constituinte assumir uma posição de vanguarda e ficar isolado, ignorando setores da

Com/87

própria Assembléia.

O assunto está sendo tratado também por Egídio Ferreira Lima (PE), Miro Teixeira (RJ), Antônio Brito (RS), Nelson Jobim (RS) e Maurílio Ferreira Lima (PE), segundo informou este último. Maurílio disse que as negociações estão sendo ampliadas, e que até segunda-feira haverá uma definição. Já Antônio Brito afirmou que o que deve ser alterado é o que limita ou inibe a Assembléia a elaborar a Constituição, como o estado de emergência, e o decreto-lei. Junto a isso, viria o restabelecimento das prerrogativas do Legislativo. Um dos itens em negociação, ainda de acordo com Brito, é o do funcionamento do Congresso. Os entendimentos sobre "a forma de encaminhamento da transição" passam por Carlos Sant'Anna.

"Sant'Anna não tem poder para negociar nada na Constituinte. Ele

não é líder na Câmara?" — reagiu José Genoino (PT-SP), que, a exemplo de outros parlamentares, apresentou emenda ao Regimento para forçar a discussão da soberania. "Sant'Anna é um líder outorgado, a última pessoa indicada para discutir soberania" — concorda Cristina Tavares (PMDB-PE) para quem a questão da soberania está intimamente ligada à do mandato de Sarney.

O PT, segundo Plínio de Arruda Sampaio (SP), admite conversar, desde que a Constituinte não se transforme num seminário de estudos. Mas segundo Genoino para o partido são inegociáveis os seguintes pontos: revogação do estado de emergência, das medidas de emergência, do decreto-lei, da lei de greve e da lei de segurança nacional. O PT não aceita ainda que a Constituinte delegue ao Congresso o poder de deliberar sobre sua soberania. Já o PDS, segundo o líder Amaral Netto (RJ), só concorda com a atribuição ao Congresso de emendar a Constituição — o que significa um quorum de dois terços para qualquer mudança.

Cardoso acha que é muito poder

O relator do Regimento Interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), manifestou-se ontem favorável à ampliação da participação popular na Assembléia, a uma consulta ao eleitorado sobre a nova Constituição "num dado momento", à possibilidade de um número de eleitores apresentar emendas e à fixação de regras para que a Câmara e o Senado não funcionem normalmente. Ele se disse contrário a que o Regimento trate da soberania da Constituinte, porque "não se pode dar poder dessa natureza", e informou que conversará com todos os partidos antes de elaborar o seu relatório.

— Não cabe fazer um rolo compressor, como "isto é o que o PMDB quer, e lá vai". O PMDB quer muitas coisas, e isso deixa o jogo político mais aberto.

Fernando Henrique disse que um ponto importante é o que trata da divulgação dos trabalhos da Assembléia. Ele afirmou ter medo "de tudo que se aproxime ao velho DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo)", e declarou não ver base jurídica para a obrigatoriedade de divulgação na imprensa escrita. A divulgação pelas emissoras de rádio seria feita pela "Hora do Brasil" e o "Projeto Mínerva", e para a televisão o senador imagina "algo di-

nâmico", num espaço de tempo curto.

O relator concorda em aumentar o número de comissões constitucionais, porque essa foi uma das reivindicações mais presentes nas emendas. Vai estudar a ampliação da participação popular com a audiência a setores da sociedade, e não acha "estapafúrdia" a iniciativa popular na apresentação de emendas. Fernando Henrique está preocupado com exageros citando o ditado "todas as demissões são sobras", e com a perspectiva de os debates ficarem "em permanente estado de consulta e excitação". Mas defende a necessidade de a nova Constituição "ter enraizamento no povo".